



A Santa Sé

**DISCURSO DO SANTO PADRE
AO NOVO EMBAIXADOR DA NORUEGA
JUNTO DA SANTA SÉ POR OCASIÃO
DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

18 de Dezembro de 1997

Excelência

É-me grato dar-lhe hoje as boas-vindas ao Vaticano e receber as Cartas Credenciais mediante as quais Sua Majestade o Rei Harald V o nomeia seu Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto da Santa Sé. Aprecio enormemente a amável mensagem da parte de Sua Majestade e pediria que lhe transmitisse as minhas saudações, assegurando-lhe as minhas orações pela Família real e pelo povo da Noruega.

Durante a minha Visita pastoral de 1989, entrei em contacto com a rica herança cristã do seu país. As celebrações de há dois anos, por ocasião do Milénio da presença do Cristianismo na Noruega, recordou-nos o modo como os valores cristãos deixaram uma marca indelével. Essas celebrações convidaram o povo a reflectir sobre o próprio passado, sobre a tradição cristã que remonta ao regresso do neófito Rei Olavo I à Noruega no ano 995. O povo norueguês permitiu que a sua fé forjasse as suas atitudes recíprocas e manifestou esse património religioso na sua solicitude para com os compatriotas menos afortunados e os pobres de outras terras. Abrindo as próprias portas aos refugiados de várias nações, o seu país chama continuamente a atenção do mundo para o problema daquelas pessoas a quem falta os meios básicos de subsistência ou cujos direitos são espezinhados.

Neste compromisso nos assuntos internacionais, a Santa Sé orienta-se segundo o reconhecimento do valor intrínseco e dos direitos inalienáveis de cada pessoa humana. Esta é a mesma visão em que se encontra assente o compromisso da Igreja em todas as formas de autêntico desenvolvimento humano. Uma interpretação demasiadamente limitada do desenvolvimento, em termos de prosperidade material e económica, levaria a negligenciar uma das questões essenciais no que concerne à natureza e ao destino do homem, uma vez que a mera acumulação de bens não é suficiente para a felicidade humana (cf. *Sollicitudo rei socialis*, 28). Da mesma forma, o autêntico desenvolvimento humano exige uma compreensão do ser humano, não como um indivíduo isolado, mas como uma pessoa que vive e cresce dentro de uma

comunidade. É importante que as pessoas gozem da liberdade de se expressar e de exprimir as suas convicções sociais e religiosas no seio da comunidade a que pertencem. Merecem particular atenção as instituições que, na sociedade, transmitem aos próprios membros um sentido do lugar reservado aos verdadeiros valores da vida e daquilo que conduz ao pleno desenvolvimento pessoal. Refiro-me em especial ao papel primordial da família e à importância do sector educativo. Mediante a sua participação nessas realidades e nas respectivas instituições sociais, os cidadãos desenvolvem um sentido de respeito e solicitude pelo próximo, que se exprime na firme e perseverante determinação de se empenhar em benefício do bem comum, por nós denominado solidariedade (cf. *Ibid.*, 38).

No campo internacional, a solidariedade conduz à cooperação com as outras nações, consideradas como vizinhos a ajudar, e não como instrumentos destinados ao uso dos mais poderosos (cf. *Ibid.*, 39). A atenção às exigências da solidariedade tem levado o seu país a ser particularmente generoso na partilha dos próprios recursos com os menos afortunados. Nesta área, a Igreja procura chamar a atenção para os valores que precisam de ser respeitados a fim de se obter um desenvolvimento genuíno. Ela procura recordar de modo constante à comunidade internacional que acima e além da assistência económica e técnica, a solicitude pelo desenvolvimento autêntico das outras nações exige o respeito pelos seus valores culturais e espirituais.

Tais valores e tradições representam um manancial do qual jorra a vida da nação. Eles indicam a direcção que se deve tomar a fim de assegurar o progresso harmonioso da sociedade. Contudo, hoje existe a tentação de relegar a dimensão espiritual à área particular. Se a referência ao espiritual e transcendental for eliminada da vida pública, torna-se muito fácil definir a pessoa humana em termos meramente biológicos ou sociológicos. Em tal situação, as pessoas correm o perigo de se renderem às forças que desejam e dispõem dos meios para impor os próprios pontos de vista. A experiência do século XX tornou-nos tristemente conscientes daquilo que pode acontecer a grupos e até mesmo a inteiras nações, quando se rejeita qualquer referência a uma lei superior. As nações tradicionalmente cristãs têm a particular responsabilidade de salvaguardar os valores que as tornaram aquilo que são e de haurir desses valores nos seus esforços por defender os direitos fundamentais, inclusive a liberdade religiosa e a liberdade de as minorias seguirem as próprias tradições dentro dos limites daquilo que serve o bem comum.

Embora conte um exíguo número de fiéis, a Igreja católica na Noruega, juntamente com as outras Comunidades cristãs, procura fortalecer os valores que forjaram a Noruega ao longo do último Milénio. O respeito pelos pobres e marginalizados, pelos idosos e portadores de deficiência, a defesa dos direitos das minorias e a promoção da família são importantes elementos da cooperação ecuménica. De igual modo a Igreja, que tem a peito a vocação transcendente e o bem integral da pessoa humana, não pode deixar de ser forte na sua tutela do carácter sagrado de toda a vida humana. Ela está persuadida de que o bem de cada sociedade humana e da própria comunidade política se funda no reconhecimento deste mesmo direito fundamental.

Senhor Embaixador, no momento em que assume as suas responsabilidades como Representante do Reino da Noruega, formulo-lhe cordiais bons votos. Os vários departamentos da Cúria Romana estarão sempre prontos a assisti-lo no cumprimento do seus deveres. Ao renovar a expressão da minha estima por Sua Majestade o Rei e pelo povo do seu país, invoco sobre Vossa Excelência as abundantes bênçãos de Deus Onnipotente.

